

Gilberto Osório de Andrade e Gilberto Freyre

SEIS CONFERÊNCIAS EM BUSCA DE UM LEITOR

Wilson Martins

Artigo publicado em *O Estado de S. Paulo* de 6 de agosto de 1966, Suplemento Literário, p. 2, sob o título "Conferências". O autor, nascido em São Paulo, em 1921, estreou com o livro de ensaios *Interpretações* (1946) e exerceu, durante muitos anos, a crítica literária semanal em *O Estado de S. Paulo*. Além de várias outras obras, publicou de 1976 a 1979 uma *História da inteligência brasileira*, em 7 volumes. É professor de Literatura Brasileira na New York University.

Conferências de 1946, 1948, 1955. . . que interesse podem ter agora, dez e vinte anos depois? Tudo depende de quem as pronunciou e dos temas abordados — e, quando o conferencista se chama Gilberto Freyre e os temas são dos que conservam permanente atualidade na vida nacional, então é certo que elas podem partir confiantemente em busca de leitores ainda mais numerosos do que os auditórios seletos a que se destinaram. A determinada altura da tocante autobiografia intelectual que é o seu discurso de posse no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (1955), ele observa que é muito raro o grande livro sobre a geografia e ainda mais raro o grande livro sobre a história de um povo. De tudo o que se escreveu a respeito da história do Brasil, desde os tempos da colonização, "poucos são os livros. . . que até hoje se tornaram realmente notáveis pela revelação ou pelo esclarecimento de aspectos obscuros e significativos do passado colonial e nacional do Brasil; pela ressurreição de épocas ou sociedades mortas dentro desse vasto passado; ou pela interpretação de fatos, acontecimentos, personalidades que o enchem há quatro séculos e meio. Não são ciências — a História e a Geografia — como não é carreira — o sacerdócio — que na verdade sirvam para refúgio dos medíocres, dos incapazes, dos ociosos. São atividades que exigem dos homens raras virtudes. São estudos — o de Geografia e principalmente o de História — que só se deixam dominar por inteligências que ao poder de análise, de crítica, de discriminação, à paciência na pesquisa, à lucidez na imaginação, juntem a imaginação compreensiva, a empática, a interpretativa, o próprio poder poético, tão presente nos grandes homens de letras quanto em grandes homens de ciência" (pág. 147).

O sr. Gilberto Freyre é, não somente na história intelectual brasileira mas, também, na vida intelectual do Ocidente, um grande homem de letras e um grande homem de ciência. É preciso sublinhá-lo enfaticamente, não apenas porque pequenos homens de ciência costumam vingar-se com o elogio hipócrita que o confina prisioneiro no mundo das letras, mas, ainda, porque pequenos homens de letras não chegam realmente a perceber onde está verdadeiramente a sua grandeza. Na verdade, ele não pertence, conforme declarou no mesmo discurso, "ao número daqueles para quem o que há de científico na tarefa do historiador deve sistematicamente excluir o que ela possa ter de artístico, de pessoal, de intuitivo, até, quando o historiador for, além de pesquisador, escritor. Ao contrário: o desprezo pelos historiadores chamados "literários" da parte dos estritamente "técnicos" ou historicamente "acadêmicos" do feitio outrora dos Freeman com relação aos Greens, dos Bury com relação aos Macaulay, me parece significar, na maioria dos casos, rancor de impotentes se não intelectuais, estéticos, contra potentes ao mesmo tempo intelectuais e estéticos em sua capacidade total de dar vida a mortos; de ressuscitá-los; de fazê-los se erguer dos documentos e dos papéis velhos" (pág. 142). Pode-se discordar do Sr. Gilberto Freyre em pontos de vista históricos ou em julgamentos a respeito do passado e do presente; ele pode incorrer, como qualquer outro, em tipos de aproximação subjetivos da realidade histórica ou da realidade política e social. O que não podemos ignorar sem nos diminuir enquanto leitores e críticos é a sua grande originalidade pessoal, é o fato de que abriu caminhos novos nas técnicas de estudo do passado, é que acrescentou alguma coisa ao patrimônio intelectual brasileiro, com isso obrigando de maneira inegável mesmo os que, por convicções científicas ou ideológicas, dele se sintam mais distantes ou mais estranhos.

É natural, por isso, que nada do que ele escreva nos possa ser indiferente; e nada é indiferente no que escreve, mesmo os chamados temas "efêmeros" das conferências ou os temas circunstanciais dos discursos e entrevistas. No caso deste livro, ocorre, por singularidade, que todos os assuntos tratados são daqueles que dominam a vida brasileira através dos tempos, e que continuam a retornar, de época para época, com renovada atualidade. Assim, por exemplo, analisando o tema transitório por excelência que é o *modernismo*, ele mostrou precisamente isso: que "o modernismo implica em considerar-se perfeito um momento que é ou foi moderno; em parar um homem ou um grupo na adoração desse momento considerado todo ou quase todo insuperável; em sistematizar-se e até cientifizar-se essa adoração como fez ingenuamente Martins Júnior com a poesia que chamou científica" (pág. 6). Não é apenas nas artes que "os modernistas passam e os modernos ficam" (pág. 9); é em todos os aspectos e formas de pensamento, em todas as formas e aspectos da vida social. Assim, o famoso "desenvolvimentismo" dos anos 50 foi apenas um modernismo que crestou por uma década as nossas reais possibilidades de sermos modernos, isto é, de realmente criar e consolidar a grandeza econômica do País; o nacionalismo ingênuo ou fanático dos anos 60 foi um modernismo que esterilizou por mais dez anos a idéia permanentemente moderna do patriotismo construtor e lúcido. Também nas artes e na literatura, as chamadas "vanguardas" que descobrem a América

todas as semanas são o modernismo que as impede de ser modernas, isto é, de descobrir o Brasil de vez em quando. Não se trata, pois, nem de uma querela de escolas, nem de uma querela de palavras: o que está em jogo é a objetividade criadora de observação, é a imaginação fecunda que sabe detectar o real por trás do aparente.

Por isso mesmo, falando para os estudantes mineiros, em 1946, acentuou o sr. Gilberto Freyre uma verdade de que somente alguns anos depois os especialistas começaram realmente a tomar consciência e que foi tão afirmada e reafirmada depois disso que se transformou em lugar-comum: a de que já estamos "em pleno pós-Marxismo: era de reconstrução, de combinação de contrários, de síntese, que não pode de modo algum prescindir da, na verdade, valiosa contribuição marxista, da qual alguns métodos neutros de organização podem e devem ser hoje aproveitados pelos reorganizadores da economia e da sociedade humanas, com objetivos diversos dos sectaria ou doutrinariamente marxistas. Era de nem *anti* nem anti*marxismo*, de nem *pró* nem anti*liberalismo* Simplesmente *pós*-marxista. Simplesmente *pós*-liberalista. Era de superação do socialismo marxista pelo socialismo ou cooperativismo democrático, mais complexo em suas soluções e em seus métodos de transformação e substituição de valores, formas e conteúdos sociais" (pág. 29). Isso é tão estranhamente verdade que, para além dos repetidores mecânicos e, já agora, ridículos, dos velhos textos sagrados, é a própria União Soviética que entrou resolutamente a viver essa era de "pós-marxismo" — e que começa, por exemplo, a readmitir no jogo dos fatores econômicos aquelas verdades "capitalistas" que combateu desesperadamente durante meio século. Mas, por outro lado, os países chamados "capitalistas" já compreenderam que algumas verdades "marxistas" devem ser aceitas como simples decorrência da evolução social. Mais um exemplo, num caso e noutro, de modernismo e de modernidade.

As circunstâncias da vida política brasileira fazem com que haja readquirido toda atualidade a conferência que o sr. Gilberto Freyre proferiu em 1948, na Escola do Estado-Maior do Exército. Com efeito, em poucos momentos de nossa existência coletiva a dialética Nação-Exército se colocou com tanta agudeza e comprometimento; e em poucos momentos de nossa vida intelectual foi o tema abordado com tanta lucidez, tanta oportunidade e perante auditório tão privilegiado. O Exército é hoje, no Brasil, dizia em 1948 o sr. Gilberto Freyre, "força organizada no meio da muita desorganização que nos perturba e aflige". E acrescentava: "A verdade, porém, é que o país onde o exército seja a única, ou quase a única força organizada, necessita de urgente organização ou reorganização do conjunto de suas atividades sociais e de cultura para ser verdadeiramente nação. Nação desorganizada não é nação: é apenas paisagem. Paisagem ou cenário de nação. E mesmo que o exército seja moral e tecnicamente primoroso, se é a única força organizada da nação, esta nação corre o perigo de transformar-se em simples cenário de paradas ou simples campo de manobras. E' uma nação socialmente doente, por mais atlética que pareça" (pág. 75). São verdades a meditar, não somente pelos políticos profissionais, que se servem periodicamente

do Exército para realizar os seus esquemas políticos, mas, ainda, como era o caso da conferência, pelos próprios militares de verdadeira consciência cívica; militares que dignifiquem a força própria e inseparável dos exércitos pelo exercício da contenção espiritual e do exemplo moral.

Ainda aqui, naturalmente, são formas de "modernidade" e de "modernismo" que se chocam e afrontam. Na verdade, a ânsia de modernidade, isto é de construção de um futuro, que aflige o Brasil, e que só pode ser salutar se soubermos enquadrá-la em perspectivas corretas, tende a se manifestar, como seria quase inevitável, sob a forma eruptiva de "modernismos" mais ou menos desorientados: os "modernistas" do governo Goulart não poderiam oferecer melhor exemplo de incompreensão do moderno e de incapacidade congênita para estabelecê-lo. Já então o problema se colocava, por um dos seus aspectos, como em 1948, sob a forma do binômio Nação-Exército. Ora, como escreve o sr. Gilberto Freyre, "do que o Brasil de hoje parece particularmente precisar é de que o seu Exército, integrado no sistema democrático brasileiro, americano, mundial, sirva, cada vez mais, a nação democrática sem que a nação democrática se descuide de sua organização civil para depender passiva e exclusivamente da força e da ação do seu Exército" (pág. 82). Conforme já tive oportunidade de observar, o "militarismo", ao contrário do que implicitamente se admite (armadilha de raciocínio em que costumam cair os especialistas aparentemente mais minuciosos), não é um fenômeno militar: é um fenômeno civil. São os políticos civis que atiram os militares nos embates e debates da política, assim como são originalmente os políticos civis que sonham com "soluções militares" para os problemas políticos. Que a própria dialética da política reduza os militares, logo em seguida, a prisioneiros irrecuperáveis do jogo político, é fato perfeitamente natural e compreensível. A solução dessas contradições não é, por inesperado, militar, mas política: quando o Exército compreende e aceita a sua função "política" na sociedade, quero dizer, quando aceita e compreende que a sua verdadeira função é "política" (no sentido etimológico da palavra) e não "partidária" (mesmo disfarçada pela máscara transparente do suprapartidarismo), então os políticos perdem o seu instrumento de manobra e a Nação ganha o Exército digno da grandeza de ambos.

Como a pequena república imaginária a que se refere o sr. Gilberto Freyre, que "de grandioso, de belo, de sólido só tinha a farmácia", o povo cuja "única força organizada seja o exército" é um povo socialmente enfermo: "Uma nação que viva parasitariamente das iniciativas e das realizações do seu exército e dos remédios heróicos que o exército lhe forneça, para as suas deficiências de organização civil, será antes uma subnação dominada por um superexército que uma nação normal e saudavelmente completada por um exército necessário, essencial, indispensável" (pág. 76). O remédio para essa nação socialmente enferma não consiste, como pretendem os primários ou os oportunistas da política, em sugerir e promover demagogicamente a desmoralização do Exército: o espírito "civilista" de muitos desses profetas do passado consiste apenas em procurar jogar uma contra outra as frações de opinião política em que os militares, enquanto cidadãos, podem se dividir.

A solução já era apontada, desde 1948, pelo sr. Gilberto Freyre (mas ela pode ser encontrada muito antes entre os grandes pensadores e políticos brasileiros, assim como foi repetida não se sabe quantas vezes depois disso): "Diante de uma situação como a que se vem definindo no Brasil — a de um Exército organizado ao lado de atividades civis que continuam, quase todas, desorganizadas — a solução é claro que não deve ser a de desorganizarmos também o Exército para que tudo se iguale ou se democratize na desorganização. Ao contrário: a solução que se impõe é a de procurarmos imitar o exemplo do Exército nas zonas de atividade civil, organizando tão bem quanto ele as demais forças nacionais. Forças de que ele possa continuar a ser o coordenador em épocas de desajustamento mais agudo entre regiões ou entre subgrupos nacionais" (pág. 76). No campo civil como no militar, é preciso vencer as tentações da demagogia e ceder aos imperativos mais penosos do sacrifício pessoal e da construção da nacionalidade. Na verdade, não há binômio Nação-Exército, quero dizer, o Exército não se opõe como força independente e autônoma em face da Nação, nem os civis a representam com exclusividade e primazia. Mas é certo que civis e militares fazem parte da Nação, isto é, estão subordinados a ela, integrados no plurinômio de que a sujeição desproporcional de qualquer das partes destrói inevitavelmente o conjunto.

Aos temas que se encontram permanentemente na história do Brasil, este volume acrescenta a peça essencial para o estudo do sr. Gilberto Freyre como escritor e cientista, que é, como ficou dito, o discurso de posse no Instituto Histórico de Pernambuco. Só essas páginas mereceriam uma análise à parte; elas serão, com certeza, o documento privilegiado na sua biografia intelectual.